

Comissão recebe hoje pareceres dos relatores

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara começa a votar hoje, a partir das 10 horas, os pareceres sobre a admissibilidade das cinco emendas constitucionais da ordem econômica, enviadas ao Congresso pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Até o final desta tarde, três dos cinco relatores já haviam apresentado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) seus pareceres sobre a admissibilidade das emendas constitucionais.

O presidente da CCJ, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), informou que os deputados José Luiz Clerot (PMDB-PB) — relator da emenda que trata da quebra do monopólio do gás canalizado —, Adylson Motta (PPR-RS) — relator da emenda que trata da flexibilização do monopólio das telecomunicações —, e Ney Lopes (PFL-RN) — relator da emenda que trata do conceito de empresa nacional e da exploração do subsolo —, já apresentaram seus pareceres sobre as propostas de emendas à Constituição.

Segundo Roberto Magalhães, os três pareceres apresentados são pela admissibilidade das emendas constitucionais. Os outros dois relatores, deputados Vilmar Rocha (PFL-GO) — emenda sobre a flexibilização do monopólio do petróleo —, e Almino Affonso (PSDB-SP) — emenda constitucional que disciplina a navegação de cabotagem —, deverão apresentar seus pareceres sobre as matérias na reunião de amanhã da CCJ.

O deputado Roberto Magalhães convocou reunião da CCJ para terça, quarta e quinta-feiras desta semana, sempre às 10 horas, com o

intuito de votar os relatórios sobre as emendas constitucionais. Ele disse que é muito difícil prever quais os relatórios que serão votados hoje, já que deverá haver muita discussão sobre cada uma das matérias.

A aprovação dos pareceres pelas CCJ, segundo o deputado Roberto Magalhães, se dará por maioria simples dos membros. A comissão é formada por 51 deputados e, para a realização de sessões, é necessário um mínimo de 26 presentes. O presidente da CCJ acha que não haverá problema de presença para votação dos relatórios sobre a admissibilidade das emendas.

Conforme o deputado, após aprovada na CCJ a admissibilidade das propostas de emendas à Constituição, elas serão encaminhadas à Mesa da Câmara para a formação de cinco comissões especiais que irão analisar o mérito das matérias antes de encaminhá-las para votação no plenário da Câmara.